



MÍDIA NEGRA E FEMINISTA

ANO XIX - EDIÇÃO Nº224 – NOVEMBRO 2023

Colonialidade do poder, biodiversidade e direito



Por Pedro Brandão - A finalidade aqui é preparar o terreno, em diálogo com a colonialidade do poder, para a discussão do novo marco legal de acesso à biodiversidade. A biopirataria é a nova descoberta do colonialismo, aponta livro recém-lançado. Lógica continua sendo o “subjugar, ocupar e possuir” patrimônios naturais do Sul. O movimento é duplo: apagar saberes locais enquanto se faz sua expropriação por meio de patentes. Brasil é o país com a maior biodiversidade e sociobiodiversidade do mundo. São mais de 300 povos indígenas e inúmeras comunidades tradicionais que cultivam o conhecimento tradicional coletivo. De acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente, o país abriga mais de 20% de todas as espécies da terra. Baseado em ampla pesquisa formulada com dados de 278 plantas nativas brasileiras, estudo demonstrou, à época, que 94,2% das patentes documentadas a partir dessas plantas pertenciam a empresas estrangeiras. Por outro lado, somente 5,98% de tais patentes eram detidas por empresas e universidades brasileiras. Temos o desafio de pensar o conhecimento para além da lógica mercantil. Ao tratar do tema, estamos lidando com uma teia complexa que envolve, de um lado, sistema-mundo capitalista, patriarcado, Estado, lucro, colonialidade do saber e, de outro, territorialidade, identidades, resistências e conhecimentos compartilhados. Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: Outras Palavras.

Pesquisas confirmam que ações afirmativas no ensino superior são bem-sucedidas

Por Luiz Augusto Campos, Júlia Hirschle, Marcia Lima, Poema Portela e Fernanda Gonçalves – O Senado acabou de aprovar as modificações na Lei de Cotas no Ensino Superior (Lei 12.711/2012). A nova redação corrige distorções pontuais e mantém o espírito geral da política de ações afirmativas. Mas qual a avaliação das ações afirmativas feita pelos estudos empíricos sobre ensino superior público brasileiro? Para responder a essa questão, o Consórcio de Acompanhamento das Ações Afirmativas (CAA) organizou um mapeamento de toda bibliografia acadêmica dedicada a avaliar empiricamente as cotas no ensino superior. Para tal, utilizamos o software livre Publish or Perish (PoP), uma ferramenta que permite compilar listas dos textos mais citados na plataforma Google Scholar, a maior base de referências acadêmicas do mundo. A busca foi feita inicialmente a partir de um rol de palavras-chave articuladas por operadores booleanos. Grosso modo, essa expressão de busca permitiu recuperar todos os textos que contivessem termos como “ação afirmativa” em todas suas variações linguísticas (“ações afirmativas”, “cota racial”, “racial quotas” etc.) e mencionasse o Brasil. Leia a [matéria completa](#). Fonte: ‘Consórcio de Acompanhamento das Ações Afirmativas’ do Afro-Cebrap e GEMAA Pesquisa.

Taxar grandes fortunas pode ser uma medida antirracista

Por Ynaê Lopes dos Santos - Não há país menos desigual sem redistribuição de renda. Não há aplicação de políticas públicas antirracistas efetivas que não pressuponha redistribuição de renda. A constituição do Brasil de 1988, o maior e mais importante contrato social e político do Brasil previa a cobrança de imposto sobre grandes fortunas, por meio da formulação de leis complementares e futuras. Acontece que esse futuro nunca chegou. Mas há outra faceta fundamental na defesa da taxa de grandes fortunas: a possibilidade dela ser elaborada e aplicada dentro de uma perspectiva antirracista. É preciso lembrar que durante muito tempo as maiores fortunas do país estiveram diretamente ligadas ao tráfico de africanos escravizados e à escravização dessas pessoas e seus descendentes. A relação é de tal intensidade que dificilmente uma família rica do século 19 não era proprietária de escravizados (geralmente donos de centenas deles). Só que desde meados da década de 1830, grande parte dos africanos escravizados no Brasil estava nessa condição de maneira ilegal, segundo as leis do próprio Brasil. Ou seja, uma parte significativa das fortunas construídas no século 19 foi feita na ilegalidade. Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: Deutsche Welle Brasil.

Análise: Por que raça (ainda) importa?

Por Michael França e Fillipi Nascimento - Estudos mostram que indivíduos de distintos grupos raciais não são percebidos e tratados da mesma forma. Essas evidências do racismo reiteram a necessidade de debatê-lo de forma aberta e consciente. Esse debate, contudo, não pode ser levado adiante sem o reconhecimento do caráter social da raça, pois esse é o primeiro passo para desmistificar e desconstruir preconceitos e estereótipos que estão na base do racismo. O debate sobre o racismo pressupõe, portanto, uma discussão crítica sobre como a raça é construída socialmente e como isso se reflete nas instituições e nas relações sociais. Esse debate é fundamental para promover a conscientização e o entendimento sobre a complexidade do racismo e suas diversas manifestações. Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: The Conversation.

Preconceito: Uma História - a genética do mecanismo

No livro Preconceito: Uma História, que acaba de ser lançado, o historiador e professor na Unicamp, Luiz Estevam de Oliveira Fernandes, em parceria com o também historiador Leandro

Karnal, ex-professor na Unicamp, pesquisam as raízes do preconceito na humanidade para entender "a genética do mecanismo" e, assim, procurar "desnaturalizar" o processo. Com exemplos e explicações muito didáticas, a dupla demonstra como xenofobia, racismo, LGBTfobia, misoginia e capacitismo foram construídos pelas civilizações — e por que esses tipos de discriminação seguem existindo. Em entrevista, Fernandes analisa estes e outros tipos de discriminação no mundo contemporâneo. Leia a [entrevista na íntegra](#). Fonte: DW Brasil.

Por uma literatura feita com o corpo

Por Clarissa Galvão – “O Deus todo-poderoso criador do céu e da terra, por meio do Verbo, apropriou-se do papel das mulheres na reprodução da vida, apagando a sua dimensão material e corpórea. Não por acaso, Adão se fez do Verbo, mas Eva, a culpada por nossa expulsão do paraíso, foi feita da costela de Adão.” Neste ensaio primoroso, Clarissa Galvão nos provoca sobre como a escrita de mulheres levanta questões sobre a invisibilidade histórica a qual autoras foram submetidas. “Imersas em infindáveis jornadas de trabalho, com os corpos dedicados aos inúmeros afazeres que garantem a continuidade da vida no planeta, poderiam as mulheres produzir trabalhos intelectuais e artísticos que atendessem às exigências do cânone, aquele dedicado ao elevado espírito, que pensa, logo existe? (...) Os “monstros da arte” serem, tradicionalmente, homens não é um indicador de sua superioridade ou vocação inata ao mundo intelectual, mas uma consequência da aliança entre o patriarcado e o capitalismo, um símbolo e uma prova do quão bem-sucedida é a dominação masculina”. Leia o [ensaio](#). Fonte: Suplemento Pernambuco.

Em debate: A participação que falta ao governo Lula

Por Felix Ruiz Sanchez e André Leirner - Esse texto procura chamar a atenção para alguns pontos recentes do debate público e sua incidência sobre o atual quadro da participação no país. Comenta também sobre o seminário acontecido na Secretaria Nacional de Participação Social, entre junho e julho desse ano, onde se procurou explorar caminhos para uma participação popular ampla, ao alcance de todos. Ainda que situado em um contexto novo, de emergência da extrema direita e também de novas tecnologias, esse debate se inscreve numa controvérsia antiga, que versa sobre a centralidade do protagonismo popular na política. Pautas identitárias estão presentes na estrutura de governo e procuram uma parcela do seu orçamento e do seu poder. E é evidente que essa presença influencia a agenda pública e sua execução. Essas pautas fazem parte de agendas por direitos e disputam, tanto entre si, quanto com as demais agendas de governo. Cada agenda identitária é um foco de resistência e uma clivagem. São nesses lugares que as memórias da opressão perdem invisibilidade e a história é reescrita. E são nesses lugares que a superação dessa opressão acontece, pelo avanço de direitos. E isso é fundamental e inegociável para a democracia. Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: Outras Palavras.

Livro reflete sobre a abissal diferença entre ricos e pobres no Brasil

Por Thiago Bonna - O problema da desigualdade é tão grave no Brasil que, mesmo se desconsiderarmos 90% da população mais pobre do país, o fosso entre os “mais pobres entre os ricos” e os “mais ricos entre os ricos” ainda é imenso. É o que afirma Marcelo Medeiros, sociólogo e pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) no livro “Os ricos e os pobres: O Brasil e a desigualdade”(Companhia das Letras). Considerado um dos maiores especialistas do mundo no assunto, Medeiros estuda a desigualdade há décadas e publicou em 2005 o livro “O que faz os ricos ricos: O outro lado da desigualdade brasileira”(Hucitec). No novo trabalho, ele afirma que entre os extremos dos 80% da população mais pobre, cerca de 171 milhões de pessoas, a diferença vai de pessoas que não possuem renda até os que têm renda média. Sendo que, entre estes, mais da metade vive com renda abaixo da média. Uma reforma

tributária que atinja os que estão na parte de cima é apontada pelo autor como uma possível saída. Leia a [matéria completa](#). Fonte: Instituto Humanitas Unisinos.

A África tem o necessário para se tornar um continente poderoso, moderno e industrializado

Por Vijay Prashad - Em seu livro de 1963, *Africa Must Unite*, Kwame Nkrumah, o primeiro presidente de Gana, escreveu: “Temos aqui, na África, tudo o que é necessário para nos tornarmos um continente poderoso, moderno e industrializado. Pesquisadores das Nações Unidas mostraram recentemente que a África, longe de ter recursos inadequados, provavelmente está mais bem equipada para a industrialização do que quase qualquer outra região do mundo”. Em abril de 1980, os líderes africanos se reuniram em Lagos, na Nigéria, sob a égide da OUA, para deliberar sobre o clima adverso criado pelos Programas de Ajuste Estrutural do FMI, que visavam suas políticas fiscais, mas não fizeram nada para mudar os mercados de crédito internacionais desastrosos. Dessa reunião surgiu o Plano de Ação de Lagos (1980-2000), cujo principal argumento era que os Estados africanos estabelecessem sua soberania em relação ao capital internacional e criassem políticas industriais para seus países e para o continente. Isso foi, em essência, uma renovação da política de Nkrumah da década de 1960. No Diálogo de Líderes China-África, realizado paralelamente à 15ª cúpula do BRICS (Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul), em Joanesburgo, a China lançou a Iniciativa de Apoio à Industrialização da África “para apoiar a África no crescimento de seu setor de manufatura e na realização da industrialização e da diversificação econômica”. Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

EXPEDIENTE

MÍDIA NEGRA E FEMINISTA

Boletim Eletrônico Nacional

Periodicidade: Mensal

EDITOR

Valdisio Fernandes

EQUIPE

Allan Oliveira, Aline Alsan, Ana Santos, Atilas Lopes, Ciro Fernandes, Denilson Oliveira, Enoque Matos, Glauber Santos, Guilherme Silva, Graça Terra Nova, Keu Sousa, Jeane Andrade, Josy Andrade, Josy Azeviche, Leila Xavier, Luan Thambo, Lúcia Vasconcelos, Luciene Lacerda, Lucinea Gomes de Jesus, Luiz Fernandes, Marcele do Valle, Marcos Mendes, Mariana Reis, Mônica Lins, Patricia Jesus, Ronaldo Oliveira, Roselir Baptista, Silvanei Oliveira, Tamiris Rizzo.